



**Renata Luciane Polsaque Young Blood
(Organizadora)**

Ciências Sociais e Direito 3

Atena
Editora

Ano 2019

Renata Luciane Polsaque Young Blood
(Organizadora)

Ciências Sociais e Direito 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © da Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C569	Ciências sociais e direito 3 [recurso eletrônico] / Organizadora Renata Luciane Polsaque Young Blood. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Ciências Sociais e Direito; v. 3) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-264-7 DOI 10.22533/at.ed.647191604 1. Ciência sociais. 2. Direito. 3. Sociologia. I. Blood, Renata Luciane Polsaque Young. CDD 307
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

As Ciências Sociais reúnem campos de conhecimento com foco nos aspectos sociais das diversas realidades humanas. Entre eles pode-se citar o Direito, a Economia, a Administração e o Serviço Social. A partir da abordagem transdisciplinar destes conhecimentos, é possível estimular uma nova compreensão da realidade por meio da articulação de elementos que perpassam entre, além e através de temas comuns, numa busca de compreensão de fenômenos complexos, como as necessidades da sociedade e o viver em sociedade.

A Coletânea Nacional “Ciências Sociais e Direito” é um e-book composto por 21 artigos científicos que abordam assuntos atuais com a perspectiva transdisciplinar, como: os métodos auto compositivos como novos caminhos de acesso à justiça e a tutela provisória de urgência como proteção de direitos no novo código de processo civil, a ocupação dos espaços públicos como forma de perpetuação do poder local e a legalização de ocupações e seus impactos ambientais, as discussões sobre os modelos econômicos e suas relações com o desenvolvimento social e o acesso à justiça, as causas/consequências do fenômeno migratório e a ressignificação de Direitos Humanos, e a globalização como característica fundante da Modernidade, entre outros.

Mediante a importância, necessidade de atualização e de acesso a informações de qualidade, os artigos elencados neste e-book contribuirão efetivamente para disseminação do conhecimento a respeito das diversas áreas das Ciências Sociais e do Direito, proporcionando uma visão ampla sobre estas áreas de conhecimento.

Desejo a todos uma excelente leitura!

Prof. Ms. Renata Luciane Polsaque Young Blood

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL - AS CAUSAS DE AUTOCOMPOSIÇÃO E A POSSIBILIDADE DE ESCOLHA DOS ATOS E PROCEDIMENTOS ANTES OU DURANTE O PROCESSO	
Michael Martins de Paulo Marcelo Negri Soares	
DOI 10.22533/at.ed.6471916041	
CAPÍTULO 2	17
REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE A TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA NO ATUAL CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	
Sandro Marcos Godoy Luís Eduardo Ribeiro Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.6471916042	
CAPÍTULO 3	33
SUBSÍDIOS PARA APRIMORAMENTO DA SESSÃO AUTOCOMPOSTIVA À LUZ DA MODERNA TEORIA DO CONFLITO	
Ana Priscila Coelho Marinho Silva, Ingrid Viana Mota, Katiane América Lima	
DOI 10.22533/at.ed.6471916043	
CAPÍTULO 4	45
FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS MEDIADORES JUDICIAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: REGULAMENTAÇÃO LEGAL E PERSPECTIVAS EMPÍRICAS A PARTIR DO CAMPO DAS PROFISSÕES JURÍDICAS	
Joaquim Leonel de Rezende Alvim Thais Borzino Cordeiro Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.6471916044	
CAPÍTULO 5	62
ISENÇÃO TRIBUTÁRIA AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DO PROJETO DE LEI Nº 2.101/11	
Juliana Silva Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.6471916045	
CAPÍTULO 6	69
OS RISCOS DA JUDICIALIZAÇÃO DAS LICENÇAS AMBIENTAIS NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA	
Érica Valente Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.6471916046	
CAPÍTULO 7	77
O DIREITO À CIDADE E A OCUPAÇÃO DE ÁREAS ÚMIDAS POR POPULAÇÕES TRADICIONAIS EM MACAPÁ/AP	
Bruno de Oliveira Rodrigues Tayra Fonseca Rezende Jamille Del Castillo Souza Lana Thayane Reis da Costa Paula Carolina Gaião da Silva Thaís Fernandes da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.6471916047	

CAPÍTULO 8	101
BIO(NECRO)POLÍTICA NAS ÁREAS DE RESSACAS EM MACAPÁ/AP: DESENHANDO IDENTIDADES DOMESTICADAS ENQUANTO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO DO PODER	
Bruno de Oliveira Rodrigues Wilson Madeira Filho	
DOI 10.22533/at.ed.6471916048	
CAPÍTULO 9	112
A INVASÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS E O DIREITO À INDENIZAÇÃO	
Rachel Figueiredo Viana Martins	
DOI 10.22533/at.ed.6471916049	
CAPÍTULO 10	119
USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL E SEUS PRINCÍPIOS NORTEADORES	
Vitor Hugo Nunes Lourenço	
DOI 10.22533/at.ed.64719160410	
CAPÍTULO 11	132
UMA ANÁLISE SOBRE OS ASPECTOS JURÍDICO-ECONÔMICOS DA NOVA LEI DAS ESTATAIS: A LEI Nº 13.303/2016 E SEU PAPEL NA REGULAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA	
Carlos Leonardo Loureiro Cardoso Maria Angelica Martins Gomes da Silva Patricia Ferreira Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.64719160411	
CAPÍTULO 12	145
UMA REFLEXÃO FILOSÓFICO-ECONÔMICO DE ADAM SMITH: DESMITIFICANDO O SISTEMA MERCADOLÓGICO COMO PROMOTOR DE DESIGUALDADE SOCIAL	
Ernane Washington Pereira Léo	
DOI 10.22533/at.ed.64719160412	
CAPÍTULO 13	158
DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO EMPRESARIAL E SUA FUNÇÃO SOCIAL: DO SURGIMENTO AO MODELO ATUAL GT 1 - EMPRESA, DESENVOLVIMENTO E CIDADANIA	
Bruno Henrique Martins Pirolo Devanir Bruniera Junior	
DOI 10.22533/at.ed.64719160413	
CAPÍTULO 14	163
AS EMPRESAS ESTATAIS COMO INSTRUMENTO DA POLÍTICA CIENTÍFICO-TECNOLÓGICA	
Clayton Rodrigues Sandra Cristina da Fonseca	
DOI 10.22533/at.ed.64719160414	
CAPÍTULO 15	168
AS INCONGRUÊNCIAS DO GOVERNO BRASILEIRO NA EFETIVAÇÃO DO ACORDO DE PARIS E A RELEVÂNCIA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA	
Ana Íris Morais Pessoa Daniel Oliveira Gomes Léa Aragão Feitosa	
DOI 10.22533/at.ed.64719160415	

CAPÍTULO 16	179
INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS PROCESSO DE <i>ACCOUNTABILITY</i> NO BRASIL	
Lásaro Arsênio de Paula Aragão Neto	
DOI 10.22533/at.ed.64719160416	
CAPÍTULO 17	187
DIREITO E DESENVOLVIMENTO: OBSTÁCULOS E PERSPECTIVAS AO ACESSO À JUSTIÇA	
Antônio Pereira Gaio Júnior	
Ana Carmem de Oliveira Reis	
Larissa Toledo Costa	
Marinea Cruz	
Maristela Cabral de Freitas Guimarães	
Thaís Miranda de Oliveira	
William Albuquerque Filho	
DOI 10.22533/at.ed.64719160417	
CAPÍTULO 18	202
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DO REFÚGIO E MIGRAÇÕES: POLÍTICAS PÚBLICAS E OFERTAS CONCRETAS NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE	
Henrique Rezende Untem	
Sofia Urt Frigo	
Luciane Pinho de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.64719160418	
CAPÍTULO 19	213
CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO	
Ricardo Vianna Hoffmann	
Janaina Rosa	
Ana Carolina Baran	
Micaela Babinetti	
Victor Hugo Souza	
DOI 10.22533/at.ed.64719160419	
CAPÍTULO 20	216
DEMOCRACIA RADICAL E PLURAL: O MODELO AGONÍSTICO DE CHANTAL MOUFFE	
Antonio Kevan Brandão Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.64719160420	
CAPÍTULO 21	228
DITADURAS HAITIANAS NO SÉCULO XX: MEMÓRIAS E DIREITOS HUMANOS	
Loudmia Amicia Pierre-Louis	
Evens Pierre	
DOI 10.22533/at.ed.64719160421	
SOBRE A ORGANIZADORA	237

AS EMPRESAS ESTATAIS COMO INSTRUMENTO DA POLÍTICA CIENTÍFICO-TECNOLÓGICA

Clayton Rodrigues

Universidade Estadual de Londrina – UEL
Londrina - PR

Sandra Cristina da Fonseca

Universidade Estadual de Londrina – UEL
Londrina - PR

RESUMO: O propósito deste artigo é descrever e analisar o papel das empresas estatais na execução da política tecnológica e como elas agiram em cumprimento desses objetivos coadunando-os com o próprio interesse empresarial. Após um breve histórico, serão analisadas algumas das principais empresas estatais e como atuam dentro da proposta de pesquisa e desenvolvimento e as parcerias que efetuaram para efetivá-las.

PALAVRAS-CHAVE: empresas estatais; política tecnológica.

ABSTRACT: The purpose of this article is to describe and analyze the role of state-owned companies in the implementation of technological policy and how they have acted to fulfill these objectives in line with their own business interests. After a brief history, we will analyze some of the main state-owned companies and how they act within the research and development proposal and the partnerships they have made to effect them.

KEYWORDS: state enterprises; technological policy.

Ao se comparar o desenvolvimento tecnológico mundial com o que o Brasil tem a oferecer, a ideia é que o país não possui tecnologia própria nem programas para desenvolver-se tecnologicamente e em face disso, sempre terá uma relação de dependência política e econômica de países que estão mais desenvolvidos.

Uma das razões para isso é o baixo investimento de empresas em tecnologia, e, como isso exige um grande volume de recursos, nos países da América Latina, tais recursos muitas vezes estão concentrados no setor público, seja diretamente ou por meio de apoio ou incentivos ao setor privado.

Hodiernamente, os países desenvolvidos e as mais recentes potências econômicas são os que mais destinam recursos às atividades de pesquisa e desenvolvimento e, nos países latino americanos, o Estado é que estaria em situação decisiva para enfrentar o esforço tecnológico.

Nestes países, e em especial no Brasil, a maior parte das empresas privadas possuem são micro ou pequenas empresas e possuem pouca capacidade instalada, e pouco capital

para investir em pesquisa científica e tecnológica, ainda que utilizando incentivos fiscais ou parcerias com universidades. Entretanto algumas poucas empresas, ainda desafiam as controvérsias e mantém investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Essas visionárias empresas têm se engajado em políticas de industrialização e de promoção às exportações adotadas pelo Estado. Por outro lado, as empresas transnacionais normalmente trazem tecnologia incorporadas aos investimentos, não realizando atividades em pesquisa e desenvolvimento nos países em que se instalam, apenas em seus países de origem, e, quando as realizam, as patentes e os benefícios gerados pelos resultados são todos dos países de origem e não do país onde estão instaladas.

As políticas públicas voltadas à expansão científica e tecnológica no Brasil contam com várias organizações com atribuições total ou parcialmente referidas à elaboração, implementação e avaliação desta política. São órgãos ou entidades existentes ou criados para esse fim, cujo propósito está em orientar e, eventualmente, conduzir, financiar, supervisionar e avaliar as atividades destinadas a implementar uma política pública.

Por certo que as instituições desempenham papel decisivo em todas as políticas públicas que as envolvem. Com efeito, delas são emanadas as decisões ou as decisões passam a ter condicionantes em virtude delas.

O Brasil teve várias iniciativas importantes nesse sentido, sendo que a primeira marcante foi o I Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – PBDCT (vigorou de 1973 a 1974), tinha entre seus objetivos o fortalecimento da capacidade de absorção e criação de tecnologia pelas empresas nacionais, públicas e privadas. Foi seguido pelo II PBDCT (1975-1979) e pelo III PBDCT (1980-1985) os quais trouxeram grandes avanços no sentido de minimizar a dependência científica e tecnológica do país.

As medidas adotadas a partir de 1990 inauguram uma nova fase, caracterizada por uma ampla liberalização da economia, incluindo os aspectos concernentes à transferência de tecnologia (BARBIERI E DELAZARO, 1993).

O cenário histórico, cultural e econômico do país confere um norte para as políticas públicas de incentivo a pesquisa e desenvolvimento e, as empresas estatais que até a década de 80 estavam habituadas a importar tecnologia, passaram a realizar um trabalho institucional e orgânico de criação e desenvolvimento tecnológico em face dessas novas mudanças.

Dentre as empresas estatais que mais se destacaram nesse sentido pode-se citar a Petrobrás, a Eletrobrás, o grupo Telebrás e a Embrapa.

O Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo A. Miguez de Mello - CENPES foi criado pela Petrobrás em 1955 com o nome de Centro de Aperfeiçoamento e Pesquisas de Petróleo – CENAP, objetivando a formação de recursos humanos especializados e as pesquisas tecnológicas. O CENPES consolidou sua condição de

maior centro de pesquisas da América Latina ao receber em 1992 e em 2002 o *Offshore Technology Conference*, considerado o prêmio mais importante do setor petrolífero mundial. Cumpre salientar que a partir de 1992, a Petrobrás passou a destinar 1% de sua renda bruta a este instituto.

Atualmente o CENPES conta com um efetivo de 1950 profissionais, onde 1336 tem nível superior, sendo 626 bacharéis, 466 mestres e 244 doutores e pós-doutores. Dentre esses profissionais, 677, onde 60% são mestres, doutores e pós-doutores, estão atuando diretamente em mais de 100 projetos visando à superação dos desafios tecnológicos do pré-sal. Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento dessa carteira desde 2008 já somam US\$ 566 milhões e até 2018 serão investidos mais US\$ 474 milhões (PETROBRÁS, 2018).

O CENPES desenvolveu ainda a capacitação em áreas como bioestratigrafia, sedimentologia e geoquímica, colocando o Brasil entre os detentores de tecnologia de plataformas de produção para águas profundas e em sistemas submarinos de produção.

Objetivando que as empresas de energia elétrica tivessem acesso a novas tecnologias, e principalmente reduzir o pagamento de royalties e patentes a entidades estrangeiras, foi criado em 1974 o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL por iniciativa da Eletrobras, tendo como cofundadores Chesf, Furnas, Eletronorte e Eletrosul.

Ao longo de sua trajetória, o Centro vem contribuindo para otimização e expansão da utilização sustentável dos recursos hídricos, inclusão da dimensão ambiental nas diversas etapas do planejamento da expansão e operação, conservação de energia e eficiência energética, e para o desenvolvimento de fontes alternativas de energia elétrica, bem como para formação e manutenção de infraestrutura científica e de pesquisa avançada em equipamentos e sistemas elétricos no país. Atualmente está implantando o Laboratório de Ultra-Alta Tensão (Lab UAT), que realizará ensaios e pesquisas experimentais de novas tecnologias e configurações de linhas de transmissão e será fundamental na busca por soluções para transmissão de grandes blocos de energia gerados em usinas distantes até os principais centros consumidores.

As linhas de pesquisa do Cepel abrangem diferentes aspectos da geração, transmissão, distribuição e uso eficiente da energia elétrica, e, acompanhando a tendência mundial de modernização de distribuição de energia, está instalando um laboratório para pesquisa experimental e avaliação de soluções para *Smart Grid* e atualmente é reconhecido como centro de excelência do setor elétrico e o maior centro de pesquisa de energia elétrica do hemisfério sul. (ELETROBRAS, 2018).

É imperativo citar a criação do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações - CPqD, que atualmente é uma fundação de direito privado em razão da privatização do sistema de telecomunicações. A importância dessa fundação para a sociedade foi reconhecida pela lei geral das telecomunicações, Lei nº 9.472/1997 que destinou recursos para o fomento do desenvolvimento tecnológico do setor no

Brasil, criando o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – FUNTTEL e recebendo apoio estatal por intermédio do Ministério das Comunicações e dos projetos de pesquisa e desenvolvimento.

Mesmo integrando o rol de empresas privadas, manteve suas características de organismo independente e imparcial para emitir certificações de conformidade de produtos e laudos e pareceres técnicos sobre diversos temas ligados à sua especialidade. E, atualmente, é um dos maiores centros de pesquisa e desenvolvimento em telecomunicações e tecnologia da informação - TI da América Latina (BRASIL, 2018).

Por fim, tem-se a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, criada em 26 de abril de 1973 vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, cujo objetivo é viabilizar soluções para o desenvolvimento sustentável do espaço rural, com foco no agronegócio, por meio da geração, adaptação e transferência de conhecimentos e tecnologias, em benefício dos diversos segmentos da sociedade brasileira.

A Embrapa atua por intermédio de 37 Centros de Pesquisa, três Serviços e onze Unidades Centrais, estando presente em quase todos os Estados da Federação, nas mais diferentes condições ecológicas. Na área de cooperação internacional, a Empresa mantém 275 acordos de cooperação técnica com 56 países e 155 instituições de pesquisa internacionais, envolvendo principalmente a pesquisa em parceria (BRASIL, 2018).

O desenvolvimento e o crescimento dessas empresas estatais demonstram que no decorrer dos anos, a política industrial privilegiou a constituição dos setores de insumos básicos e bens de capital, além da expansão da infraestrutura econômica por intermédio de investimentos nos setores de petróleo, telecomunicações e eletricidade.

Cada uma dessas empresas citadas teve por objetivo obter uma maior autonomia tecnológica e foram auxiliadas pelas políticas públicas que as privilegiaram no setor em que atuavam. Algumas efetuaram parcerias sólidas com universidades e indústrias, outras investiram em treinamento de pessoas para suprir a demanda, bem como intercâmbios com instituições de ensino e pesquisa no exterior e esses elos propiciaram capacitação tecnológica e um corpo técnico altamente qualificado (ERBER & AMARAL, 2005).

Sendo assim não há outra conclusão a não ser a de que os investimentos em pesquisa e tecnologia e as parcerias com instituições de ensino e empresas privadas no sentido de criar tecnologia e inovação nas mais diversas áreas é o caminho para um desenvolvimento industrial econômico e social e que deve receber toda atenção por parte do Estado cujo papel fundamental é o de fomentar essas iniciativas adotando políticas públicas que as favoreçam.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, José Carlos e DELAZARO, Walter. **Nova regulamentação da transferência de tecnologia no Brasil**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, mai/Jun, 1993.

BRASIL. **Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações - CPqD**. Disponível em: <<https://www.cpqd.com.br/>>. Acesso em 26/04/2018.

ELETROBRAS. **O CEPEL – Histórico**. Disponível em: <<http://www.cepel.br/o-cepel/historico/>>. Acesso em 23/04/2018.

BRASIL. **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – EMBRAPA**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/solucoes-tecnicas>>. Acesso em 26/04/2018.

ERBER, Fabio S. e AMARAL, Leda U. **Os centros de pesquisa das empresas estatais: um estudo de três casos**. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/scipol/pdf/centros.pdf>>. Acesso em 26/04/2018.

PETROBRÁS. **Cenpes: tecnologia para superar desafios em 60 anos de Petrobrás**. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/cenpes-tecnologia-para-superar-desafios-em-60-anos-de-petrobras.htm>>. Acesso em 23/04/2018.

SALLES FILHO, Sergio. **Política de Ciência e Tecnologia no I PND (1972/74) e no I PBDCT (1973/74)**. Revista Brasileira de Inovação Vol. 1 Número 2 Jul/Dez, 2002.

SOBRE A ORGANIZADORA

RENATA LUCIANE POLSAQUE YOUNG BLOOD docente do Centro Universitários Santa Amélia Ltda (UniSecal) na Cidade de Ponta Grossa-PR. Coordenadora do Curso de Direito da UniSecal. Coordenadora de grupo de pesquisa da linha Justiça Restaurativa do Curso de Direito da UniSecal. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Especialista em Gestão Empresarial pelo Instituto Superior de Administração e Economia e Mercosul/Fundação Getúlio Vargas (ISAE/FGV). Mestre e doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual em Ponta Grossa (UEPG). Facilitadora e Capacitadora da Metodologia da Justiça Restaurativa pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Advogada nas áreas cível e família, com experiência na aplicação das metodologias consensuais de resolução de conflito: Conciliação, Mediação e Justiça Restaurativa.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-264-7

